

Pelo fim da recessão

G. 127 - 1983 - 1000

Economie - Brasil

24 AGO 1983

por Pedro Cafardo
de São Paulo

O PMDB vai juntar hoje sua voz ao coro que pede mudanças no rumo da política econômica. A versão final do documento que vai servir de base para o pronunciamento do presidente do partido, Ulysses Guimarães, no Congresso ainda não estava concluída ontem à noite, porque o próprio Ulysses, trancado num quarto de hotel em Brasília, redigia o texto final.

Celso Furtado, o principal relator do documento, disse ontem a este jornal que o debate sobre a moratória não é a questão central do País: "Já estamos na moratória mais desvantajosa possível. Eu nunca defendi um rompimento com o Fundo Monetário Internacional, nem isso teria sentido. O que se propõe é o encerramento destas negociações desvantajosas para o interesse nacional e o início de outra, que tenha como fundamento o fim da recessão interna".

Em suas linhas básicas, entretanto, a proposta do

maior partido da oposição, como apurou este jornal, converge para as sugestões contidas no "Documento dos Empresários", divulgado há quase quinze dias, em São Paulo. Constam do documento do PMDB, por exemplo, as propostas de retomada do crescimento econômico, reorganização do sistema financeiro, definição de uma política de emprego, desdolarização da economia e reforma tributária (ver matéria abaixo).

A proposta de moratória no documento do PMDB foi a que gerou maior discussão dentro do partido. O documento básico inicial, na área econômica, foi elaborado pelo ex-ministro do Planejamento, Celso Furtado, a convite de Teotônio Vilela, que presidiu internamente o PMDB em julho. Furtado consultou as diversas correntes partidárias antes de escrever, mas a primeira versão da sua proposta foi considerada moderada pela ala esquerda do partido. Vilela esperava que o documento absorvesse propostas do seu "Projeto Emergên-



Celso Furtado

cia", entre as quais estaria não somente a moratória externa unilateral, mas também uma controvertida moratória interna, cujo conceito básico era a transformação da dívida interna em títulos da dívida pública resgatáveis daqui a dez anos.

Alguns membros do partido defendiam a idéia de que não se deveria falar em

moratória, mas sim utilizar um termo mais brando, como renegociação ou nova atitude na negociação com os credores. Ulysses Guimarães, porém, depois de estudar a figura jurídica em alguns textos de Direito Internacional, fez questão de incluir a palavra "moratória" no documento. Ela vai entrar no contexto de uma frase em que se defende a moratória como forma de abrir o caminho para uma nova rodada de negociações com os credores. Ficará claro, porém, que o PMDB repudia a tese do calote, que chegou a ser defendida por setores da oposição.

A versão final, segundo Celso Furtado, engloba todas as tendências do partido, com o que concorda o professor João Manuel Cardoso de Mello, economista que também participou da elaboração do documento, ao lado de Luciano Coutinho, dos senadores Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes e Pedro Simon. Para chegar a essa versão final, entretanto, o presidente do PMDB passou o último fim de semana em Alagoas, onde conversou longamente com Teotônio Vilela.

O professor Celso Furtado falou ontem em almoço da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB). Segundo relato da editora Patricia Saboia, Furtado disse que é uma "absoluta insensatez" combater a inflação com recessão e propôs a "retomada da soberania nacional" pela rejeição do acordo com o FMI, teses que constam igualmente do documento do PMDB.